

Funaro

ouve o

Chase

- 6 MAR 1987

em Roma

por Tom Camargo
de Roma

A nova linha de negociação da dívida externa adotada pelo Brasil, e que na última semana foi apresentada pelo ministro Dilson Funaro a três ministros e funcionários graduados de seis países diferentes, foi ontem endossada, em suas grandes linhas, por um influente banqueiro privado, cujo banco tem quase US\$ 3 bilhões emprestados ao Brasil (cerca de US\$ 7,2 bilhões em toda a América Latina) e é voz influente na comunidade financeira norte-americana.

David Rockefeller, presidente não-executivo do Comitê Internacional do Chase Manhattan Bank, teve ontem um encontro de mais de meia hora com o ministro da Fazenda, na Embaixada brasileira em Roma, quebrando a escrita de que a atual missão — cuja ida ao Japão ainda estava por confirmar na madrugada de hoje — não manteria nenhum contato com representantes comerciais, o que era o núcleo mesmo da corrente estratégia de politização da dívida.

"Ele disse que o caminho é este mesmo", deixou escapar Funaro no contexto de uma conversa com este jornal sobre as linhas mestras de sua aproximação com os principais países credores do Brasil. "É toltece imaginar que estamos contra os bancos comerciais, pois eles mesmos, principalmente os maiores, querem toda a ajuda possível, de governos e organismos multilaterais, para encontrar um caminho consistente para solucionar o problema da dívida."

Rockefeller disse em Roma, no final da tarde de quarta-feira, que o Chase está diminuindo seu volume de recursos na América Latina por razões técnicas, mas a situação de cada país da região deve ser analisada individualmente e "toda a distinção possível deve ser feita entre cada caso".

"O que o Brasil está passando é uma crise de liquidez, mas este é um país rico, com grandes recursos e uma enorme capacidade de desenvolvimento, que é a única fonte capaz de gerar recursos para pagar sua

(Continua na página 23)

Funaro ouve o Chase em...

por Tom Camargo
de Roma
(Continuação da 1ª página)

dívida (...) O México ainda nos causa mais preocupação", disse Rockefeller, sustentando que o Brasil, como outros países latino-americanos, desejariam apenas reprogramar o pagamento de seus débitos, para honrá-los de forma melhor no futuro.

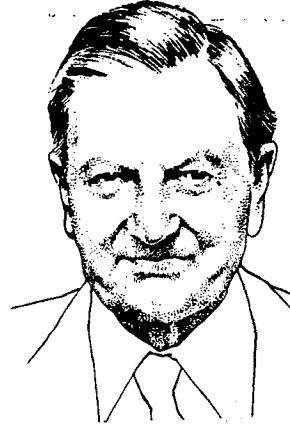
O cachimbo da paz estendido pelo banqueiro norte-americano chega num momento crucial da viagem de catequese na qual Funaro se empenhou, preparando o terreno para uma nova e, como ele próprio diz, "muito dura" rodada de negociações com os bancos comerciais.

Assessores do ministro dizem que existe a possibilidade de que o Brasil venha a sugerir um encontro, para breve, reunindo governos, bancos, órgãos multilaterais e alguns devedores. Mas ele não confirma tal hipótese, traçando uma outra escala de acontecimentos.

No final de abril, na reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, a primeira vice-presidência ocupada pelo Brasil no chamado Grupo dos 24 (em 1988 a presidência será brasileira, em obediência ao sistema rotativo usado no órgão) será instrumental no sentido de defender a tese da politização da dívida e remetê-la para discussão dentro do grupo dos sete maiores países industrializados (G7). Assim, quando no mês seguinte o G7 realizasse sua reunião de cúpula anual, desta vez em Veneza, haveria uma boa chance de que a dívida ocupasse lugar de destaque na agenda de trabalhos. "Não queremos levar o assunto para um fórum como o de Cartagena, pois insisti sempre em que não estamos procurando uma frente única e que continuamos aceitando a solução na base do caso a caso, desde que isso valha tanto para a defesa dos interesses dos devedores quanto para a dos credores", disse Funaro.

PLANO TRAÇADO

O ministro da Fazenda insiste no fato de que o Brasil já tem um plano traçado para apresentar aos seus credores privados. Mas diz que não revelará sequer uma nessa dele, pois "temos nossas etapas de negociação já definidas e não vamos abandoná-las só para sair mostrando que temos um plano que nos vêm cobrando". Da mesma forma, ele descarta como "desinformadas" as críticas dirigidas à administração da economia interna. Falando ainda ontem à rede norte-americana de televisão NBC ele argumentou que a dificuldade da correção dos desequilíbrios internos deriva dos constrangimentos externos impostos à economia brasileira e que por isso o presidente Sarney incumbiu-o de implementar "um plano de quatro anos para o setor externo, envolvendo, por que não?, capitalização de juros, novos investimentos e dinheiro novo, de forma a manter a economia crescendo sem sobressaltos". Observou também que a questão do déficit público tem merecido cuidados, tanto que o déficit brasileiro já seria hoje menor do que o de diversos



David Rockefeller

países industrializados. Insisto em que não vamos pagar a dívida com recessão, com retrocesso tecnológico e com uma estagnação que nos tiraria do circuito dos países modernos.

Funaro tem acentuado que muitos daqueles que enfatizam a necessidade de o Brasil definir uma política econômica interna coerente e realista (como acaba de fazer o presidente do Banco Mundial) baseiam-se em modelos que levam em conta primeiro os interesses externos e depois os interesses nacionais dos países em dificuldades. "A preocupação com a democracia está acima do processo econômico", disse Funaro durante uma entrevista coletiva dada à imprensa estrangeira e brasileira. "Ela (a democracia) se firma quando atende aos interesses dos cidadãos."

O ministro acredita que a negociação externa tomará impulso logo que estiver concluída essa primeira etapa de informação e catequese dos governos. "Já temos definidos todos os principais pontos que gostaríamos de ver atendidos. Mas não adiantarei sequer um deles, pois não pretendo negociar com os bancos através dos jornais", disse Funaro a este jornal.

SUPERAVIT EM CASA

Sabe-se, contudo, que Brasília não abrirá mão de manter em casa, todos os anos, parte substancial dos superávits que forem apurados na balança comercial.

Num superávit de US\$ 12 bilhões, pelo menos um terço disso. Num de US\$ 8 bilhões, pelo menos a metade.

Os mecanismos automáticos de ajustamento de pagamentos a credores estrangeiros, acionados por gatilhos ligados à performance das exportações das principais matérias-primas vendidas pelo País, ou ao nível das taxas de juros internacionais, ou ao preço do petróleo importado, ou ainda à quebra da safra agrícola brasileira, sabe-se que são alguns dos elementos em consideração, apesar de Funaro se negar a sequer mencioná-los como hipóteses de trabalho.

Mas ele é explícito quando admite que o Brasil gostaria de fazer um "retiming" do pagamento dos juros, nos moldes do que foi obtido (mas ainda não implementado) pelo Chile, isto é, efetuar os desembolços do serviço apenas a cada doze meses, ao invés das tradicionais prestações semestrais. Também alerta para o fato de que o Brasil não aceitará o argumento de que não pode almejar algo como uma margem de

Solidariedade italiana

por Tom Camargo
de Roma

O ministro do Tesouro da Itália, Giovanni Górla, disse ontem, após se entrevistar por mais de uma hora com o ministro Dilson Funaro, que seu país é solidário com o desejo brasileiro de mudar a substância de suas relações com os credores privados estrangeiros. Mas resaltou que a completa politização do assunto não é uma resposta em si mesma, pois deve caminhar ao lado de "soluções práticas", isto é, que também levem em consideração práticas já instaladas no mercado internacional.

Górla, um técnico de 44 anos, que há cinco administra, com grande sucesso, o reabastecimento industrial da Itália e que tem crescido politicamente dentro da ala renovadora da democracia-cristã, disse também que "este mundo é pequeno. O problema de um país é o problema de outro". Funaro apresentou as razões que levaram o Brasil a escolher uma nova trilha para suas transações externas, e Górla disse ter ficado "solidário, não só porque se trata de um grande país, mas também porque novas abordagens dos problemas internacionais são sempre bem-vindas".

risco ("spread") como a obtida pelo México (e também ainda não implementada, pois não se consegue fechar o pacote com os bancos privados) pois o país é um pagador histórico de "spreads" muito mais elevados do que os correntes no mercado. "Por que tomávamos a 2,5% acima da Libor (a taxa interbancária do mercado londrino) não poderíamos tomar agora nos 13/16 (cerca de 0,80 de um ponto de porcentagem) que os mexicanos negociaram."

Tanto a proposição dos mecanismos automáticos quanto a presunção de que, como questão de princípio, o Brasil está habilitado a melhorar as condições de sua dívida externa, foram rechaçadas de forma peremptória apenas pelos norte-americanos, os primeiros anfitriões de Funaro em seu presente pérriplo. James Baker, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, disse que era "impossível" se falar dos tais automatismos.

CARTADA DECISIVA

"Nossa cartada é decisiva e não tem volta", tem dito Funaro. Dentro de seu gabinete aceita-se que todo o processo de reposicionamento do Brasil diante da sua dívida externa só virá com o apoio dos Estados Unidos. Mas também se trabalha sempre com a certeza de que Washington está antagonizando o Brasil no atacado e no varejo, por razões políticas (falta de alinhamento automático em questões como a América Central, por exemplo), de competição comercial e de restrição aos investimentos estrangeiros no País.

O recente fracasso das negociações para a restauração do sistema de cotas dentro do Acordo Internacional do Café, em grande parte resultado de uma ação de oposição à cota histórica brasileira comandada pelos Estados Unidos — como resultado o preço do café desceu de forma drástica em todos os pregões de mercadorias — seria um exemplo concreto da "animosidade velada" (como diz um assessor de Funaro) dos norte-americanos.

Funaro disse ontem que o Brasil terá de fazer sacrifícios se, hipótese muito remota em seu entender, os bancos decidirem simplesmente suspender todas as linhas comerciais e inter-

bancárias de curto prazo, tirando o oxigênio que permite ao País vender e comprar no exterior. "Os bancos brasileiros no estrangeiro quebrariam, inúmeros bancos credores também quebrariam, seria uma situação de caos. E ninguém está querendo o caos. O Brasil está dizendo a todos os governos que não renega a dívida, que apenas quer pagá-la levando também em conta suas necessidades e seus interesses.

Como alguém que está defendendo os interesses de seu próprio país pode deixar de entender tal linguagem. Como um banco, que vive da prosperidade dos outros, poder ficar surdo a tal mensagem?", finaliza.